

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO  
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE**

CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE  
DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL PARA  
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO CÂMPUS VENÂNCIO AIRES

## **AVISO DE CHAMADA PÚBLICA**

**Dispensa de Licitação nº 90027/2025**

**Processo n.º 23356.000572.2025-21**

**1** O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSUL, campus Venâncio Aires, pessoa jurídica de direito público, com sede à Avenida das Indústrias nº 1865, Venâncio Aires-RS, inscrita no CNPJ sob o nº 10.729.992/0009-01, representado neste ato pelo seu Diretor Geral, Geovane Griesang, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art. 14, da Lei 11.947/2009, e respectivas alterações dadas pela Lei nº 14.660/2023 e na Resolução FNDE nº 06/2020, vem, através da Comissão Julgadora designada pela Portaria nº 1515 de 16/06/2025, realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar / PNAE, com dispensa de licitação. Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda em data e hora marcados conforme item 2.

### **2 DA ABERTURA, DIA, HORA E LOCAL**

**2.1** Prazo para recebimento dos documentos de habilitação e projetos de venda: até o dia **28/07/2025** às 17h.

**2.2** Data da Sessão Pública: **29/07/2025**, às 13:30h, na sala 136.

**2.3** O endereço para a entrega dos envelopes:

**INSTITUTO FEDERAL SUL-RIO-GRANDENSE - Campus Venâncio Aires**

Av. das Indústrias, nº 1865 - Bairro Universitário

Venâncio Aires/RS - CEP: 95800-000

Sala 137

2.4 Os envelopes de habilitação e projeto de venda deverão conter a seguinte identificação:

<p><b>CHAMADA PÚBLICA Nº 90027/2025</b></p> <p>(NOME DO FORNECEDOR) CNPJ OU CPF Nº</p> <p><b>ENVELOPE Nº 1</b> <b>DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO</b></p>
<p><b>CHAMADA PÚBLICA Nº 90027/2025</b></p> <p>(NOME DO FORNECEDOR) CNPJ OU CPF Nº</p> <p><b>ENVELOPE Nº 2</b> <b>PROJETO DE VENDA</b></p>

**3 OBJETO**

3.1 O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bolo sabores diversos	609217	fatia	2590	8,4950	22.002,05
2	Banana (variedade conforme disponibilidade da época)	464381	Kg	3150	7,8325	4.112,06
3	Bergamota	481037	Kg	900	6,2189	932,84

<b>4</b>	Sanduíche de queijo, composto de: - 02 fatias de pão (milho, integral ou aipim)	627120	Unidade	3210	7,2240	23.189,04
----------	---	--------	---------	------	--------	-----------

\* Preço de aquisição é o preço a ser pago ao fornecedor da agricultura familiar. (Resolução FNDE 06 /2020, Art. 31, §1º.

#### **4 FONTE DE RECURSO**

4.1 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

##### **A) Recurso PNAE:**

- I) Gestão/unidade: 26436/151964;
- II) Fonte de recursos: 1133000000;
- III) Programa de trabalho:12306511100PI0001;
- IV) Elemento de despesa: 339032; e
- V) Plano interno: CFF53M9601N e JFF53B9601J.

##### **B) Recurso custeio:**

- I) Gestão/unidade: 26436/151964;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho:12363511220RL0043;
- IV) Elemento de despesa: 339032; e
- V) Plano interno: L20RLP0115N.

#### **5. HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR**

5.1 Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 36 da Resolução FNDE nº 06/2020.

**5.2 ENVELOPE Nº 001 – HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL** (não organizado em grupo).

O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II - o extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Física) do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III- a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;
- IV- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

### 5.3 ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL

O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- II- o extrato da DAP Física (DAP física) de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;
- III- a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;
- IV- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

### 5.4 ENVELOPE Nº 01 – HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL

O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

- I - a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- II- o extrato da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP Jurídica) para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;
- III- a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;
- IV- as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;
- V- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- VII – a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados.
- VIII - a prova de atendimento de requisitos higiênico-sanitários previstos em normativas específicas;

### 5.5 ENVELOPE Nº 02 – PROJETO DE VENDA

5.5.1 No **Envelope nº 02** os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o **Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar** conforme **Anexo II** (modelo da Resolução FNDE n.º 06/2020), assinado pelo representante legal.

5.5.2 A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, após o término do prazo de apresentação dos projetos. O resultado da seleção será publicado em até 3 (três) dias após o prazo da publicação da relação dos proponentes e no prazo de até 10 (dez) dias o(s) selecionado(s) será(ão)

convocado(s) para assinatura do(s) contrato(s).

5.5.3 O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 30 da Resolução que dispõe sobre o PNAE.

5.5.4 Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ E DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

5.6 Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 5 (cinco) dias , conforme análise da Comissão Julgadora.

## **6. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

6.1 Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

6.2 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - o grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II -o grupo de projetos de fornecedores de Região Geográfica Imediata tem prioridade sobre o de Região Geográfica Intermediária, o do estado e o do País.

III -o grupo de projetos de fornecedores da Região Geográfica Intermediária tem prioridade sobre o do estado e o do País;

IV-o grupo de projetos do estado tem prioridade sobre o do País.

6.3 Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

a) Para efeitos do disposto neste inciso, devem ser considerados Grupos Formais e Grupos Informais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas, e/ou indígenas aqueles em que a composição seja de, no mínimo, 50%+1 (cinquenta por cento mais um) dos cooperados/associados das organizações produtivas respectivamente, conforme identificação na(s) DAP(s);

b) No caso de empate entre Grupos Formais de assentamentos da reforma agrária, comunidades quilombolas, e/ou indígenas, em referência ao disposto no § 2º inciso I deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas no seu quadro de associados/cooperados. Para empate entre Grupos Informais, terão prioridade os grupos com maior porcentagem de fornecedores assentados da reforma agrária, quilombolas ou indígenas, conforme identificação

na(s) DAP(s).

II - os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831/2003, o Decreto nº 6.323/2007 e devido cadastro no MAPA;

III - os Grupos Formais sobre os Grupos Informais, estes sobre os Fornecedores Individuais, e estes, sobre Centrais de Cooperativas (detentoras de DAP Jurídica conforme Portarias do MAPA que regulamentam a DAP).

a) No caso de empate entre Grupos Formais, em referência ao disposto no § 2º inciso III deste artigo, têm prioridade organizações produtivas com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de associados/cooperados, conforme DAP Jurídica;

b) Em caso de persistência de empate, deve ser realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, pode-se optar pela divisão do fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

6.4 Caso a EEx. não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas deverão ser complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 6.1 e 6.2.

6.5 A aquisição de gêneros deve obedecer o disposto no Art. 14, da Lei 14.660 de 23 de agosto de 2023, parágrafo terceiro:

Art. 14. Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, as comunidades quilombolas e os grupos formais e informais de mulheres.

§ 3º A aquisição dos gêneros alimentícios de que trata o **caput** deste artigo, quando comprados de família rural individual, será feita no nome da mulher, em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do valor adquirido.” (NR)

## 7. LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

7.1 A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:

7.1.1 O prazo de entrega do primeiro pedido do material deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a partir daí, as outras entregas terão prazo máximo de 3 (três) dias. Os pedidos de hortifrutigranjeiros serão feitos na sexta feira com entrega programada e parcelada para a semana subsequente.

7.1.1.1 As entregas deverão ser feitas nas quartas-feiras, pela manhã, até 09h, no endereço descrito no item 7.2.

7.1.1.2 Poderá haver possíveis alterações no cronograma de entrega, situação que será previamente tratada com o fornecedor.

7.1.2 O objeto será recebido provisoriamente, para posterior verificação da conformidade do material com as especificações do edital e seus anexos.

7.1.3 O recebimento definitivo ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do material recebido.

7.1.4 O A Administração rejeitará os bens fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

7.1.5 O fornecimento de grãos, vegetais, frutas e legumes deverá corresponder à maturação adiantada, porém incompleta; não deverá apresentar lesões, manchas, brocas e focos de apodrecimento.

7.1.6 As entregas dos gêneros alimentícios devem ser efetuadas conforme o Decreto Estadual n.º 23.430, de 24 de outubro de 1974, Capítulo III, Seção X - Dos Veículos de Transporte.

7.1.7 Segue abaixo relação média mensal estimada de gêneros a serem adquiridos, respeitando sua sazonalidade, podendo o IFSUL alterar seu quantitativo de acordo com a necessidade:

AGOSTO		
dia	lanche	quantidade
13	banana + bergamota	250+300
20	sanduche	350
27	banana + bergamota	250+300
SETEMBRO		
dia	lanche	quantidade
3	sanduche	350
10	banana + bergamota	250+300
17	bolo	430
24	sanduche	350
OUTUBRO		
dia	lanche	quantidade
1	banana	250

8	bolo	430
15	sanduche	350
22	banana	250
29	bolo	430
<b>NOVEMBRO</b>		
dia	lanche	quantidade
5	sanduche	350
12	banana	250
19	bolo	430
26	sanduche	350
<b>DEZEMBRO</b>		
dia	lanche	quantidade
3	banana	250
10	bolo	430
17	sanduche	350
<b>2026</b>		
<b>FEVEREIRO</b>		
dia	lanche	quantidade
25	Banana	280
<b>MARÇO</b>		
dia	lanche	quantidade
4	Banana	280
11	sanduche	380
18	Banana	280
25	Bolo	440
<b>ABRIL</b>		
dia	lanche	quantidade
1	Banana	280
8	sanduche	380
15	Banana	280

7.2 A entregas deverão ser feitas no IFSul câmpus Venâncio Aires, no endereço abaixo:

Avenida das Indústrias, 1865 Bairro  
Universitário  
Cep 95800-000  
Venâncio Aires/RS

7.3 . O prazo de vigência do contrato de fornecimento será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura ou até a entrega do quantitativo total de produtos adquiridos, o que ocorrer primeiro.

7.4 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.



## 8 - PAGAMENTO

O pagamento será realizado até 10 (trinta) dias úteis após a liquidação da nota, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado.

## 9. DO TERMO DE CONTRATO

A contratação será mediante Nota de Empenho, sendo dispensada a celebração de instrumento específico de contrato, na forma do disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133/21.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A presente Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais:

- Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Venâncio Aires, localizado na Avenida das Indústrias, 1865 - Bairro Universitário, CEP: 95800-000 - Venâncio Aires/RS na Coordenadoria de Licitações e Compras.
- No site do Instituto no seguinte endereço:
  - <http://www.venancio.ifsul.edu.br/licitacoes>

10.2 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

10.3 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP Familiar/ano/Entidade Executora, e deve obedecer às seguintes regras:

I- Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$40.000,00 (quarenta mil reais), por DAP Familiar/Ano/EEEx.

II- Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares, munidos de DAP familiar, inscritos na DAP Jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula:  $VMC = NAF \times R\$ 40.000,00$  (sendo: VMC: valor máximo a ser contratado. NAF: nº de agricultores familiares (DAPs familiares) inscritos na DAP Jurídica).

10.4 É eleito o Foro da o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, Subseção Judiciária de Pelotas/RS para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14133/2021.

**11. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:**

ANEXO I– Termo de Referência;

ANEXO II- Modelos de Projeto de Venda;

ANEXO III - Modelo de Declaração de responsabilidade;

ANEXO IV - Modelo de Declaração - Grupos formais;

ANEXO V – Modelo de Declaração – Grupos Informais ou Fornecedores Individuais;

ANEXO VI– Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos.

Venâncio Aires/RS, 27 de junho de 2025



Documento assinado digitalmente

CAROLINA JANTSCH DE SOUZA

Data: 30/06/2025 09:33:03-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Carolina Jantsch de Souza  
Chefe do Departamento de Administração e Planejamento  
Campus Venâncio Aires

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMA T	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE E	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Bolo sabores diversos	609217	fatia	2590	8,4950	22.002,05
2	Banana (variedade conforme disponibilidade da época)	464381	Kg	3150	7,8325	4.112,06
3	Bergamota	481037	Kg	900	6,2189	932,84
4	Sanduíche de queijo, composto de: - 02 fatias de pão (milho, integral ou aipim)	627120	Unidade	3210	7,2240	23.189,04

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante no Edital.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de um ano, contados do(a) data da emissão do empenho.
- 1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

#### FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 1.5. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada neste Termo de Referência, anexo do Aviso de Contratação.
- 1.6. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10729992000146-0-000005/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/04/2024;
- III) Id do item no PCA: 242 e 243;
- IV) Classe/Grupo: 8915 e 8920;
- V) Identificador da Futura Contratação: 27/2025;

## **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

1.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

3.1.1 Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local a serem utilizados durante a execução do contrato;

3.1.2 Maior eficiência na utilização de recursos naturais (água e energia), bem como o uso de materiais com características sustentáveis (biodegradáveis, reciclados, atóxicos, de fabricação nacional, etc);

3.1.3 Geração de empregos preferencialmente com mão de obra local;

3.1.4 Uso de inovações/tecnologias que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

3.1.5 Os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico e biodegradável. Além disso preferencialmente, devem estar acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3.1.6 Aplicam-se à presente contratação os critérios de sustentabilidade previstos na legislação aplicável, em especial:

a) Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

b) Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 - Regulamenta a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

### **Subcontratação**

1.8. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de Entrega**

A entrega dos gêneros alimentícios deverá respeitar o cronograma abaixo:

7.1.1 O prazo de entrega do primeiro pedido do material deverá ser de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, a partir daí, as outras entregas terão prazo máximo de 3 (três) dias. Os pedidos de hortifrutigranjeiros serão feitos na sexta feira com entrega programada e parcelada para a semana subsequente.

7.1.1.1 As entregas deverão ser feitas nas quartas-feiras, pela manhã, até 09h, no seguinte endereço:

**IFSUL – Campus Venâncio Aires**  
**Avenida das Indústrias, 1865**  
**Bairro Universitário**  
**Cep 95800-000**  
**Venâncio Aires/RS**

7.1.1.2 Poderá haver possíveis alterações no cronograma de entrega, situação que será previamente tratada com o fornecedor.

AGOSTO		
dia	lanche	quantidade
13	banana + bergamota	250+300
20	sanduche	350
27	banana + bergamota	250+300
SETEMBRO		
dia	lanche	quantidade
3	sanduche	350
10	banana + bergamota	250+300
17	bolo	430
24	sanduche	350
OUTUBRO		
dia	lanche	quantidade
1	banana	250
8	bolo	430
15	sanduche	350
22	banana	250
29	bolo	430
NOVEMBRO		
dia	lanche	quantidade
5	sanduche	350
12	banana	250
19	bolo	430
26	sanduche	350
DEZEMBRO		
dia	lanche	quantidade
3	banana	250
10	bolo	430
17	sanduche	350

**2026**

FEVEREIRO		
dia	lanche	quantidade
25	Banana	280
MARÇO		
dia	lanche	quantidade
4	Banana	280
11	sanduche	380
18	Banana	280
25	Bolo	440
ABRIL		
dia	lanche	quantidade
1	Banana	280
8	sanduche	380
15	Banana	280

## **Garantia**

1.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1.10. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.11. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1.11.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.11.2 Multa

1.11.3 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.11.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.12. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

1.13. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

5.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

5.5.1 Para as infrações previstas nos itens “a” e “b”, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

5.5.2 Para as infrações previstas nos itens “c”, “d”, “e”, “f”, “g” e “h”, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

1.14. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

1.15. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

1.16. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.17. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.17.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

1.17.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

1.18. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.18.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.18.2 as peculiaridades do caso concreto;

1.18.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.18.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

1.18.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

- 1.19. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 1.20. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- 1.21. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- 1.21.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 1.22. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.23. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

- 1.24. Os bens serão recebidos semanalmente, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, por membro da Comissão do PNAE do campus Venâncio Aires. Posteriormente, será verificada sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

### **Liquidação**

- 1.25. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 1.26. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.27. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:



- 1.27.1 o prazo de validade;
  - 1.27.2 a data da emissão;
  - 1.27.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
  - 1.27.4 o período respectivo de execução do contrato;
  - 1.27.5 o valor a pagar; e
  - 1.27.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 1.28. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 1.29. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.30. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 1.30.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
  - 1.30.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 1.31. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 1.32. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 1.33. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 1.34. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

- 1.35. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

#### **Forma de pagamento**

- 1.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 1.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 1.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 1.39. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 1.40. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Reajuste**

- 1.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 09/06/2025.
- 1.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 1.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 1.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

- 1.48. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pela Lei 11947 de 2009, resolução CD/FNDE 07/2024.

#### **Forma de fornecimento**

- 1.49. O fornecimento do objeto será parcelado (entregas semanais).

### **Exigências de habilitação**

- 1.50. Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 36 da Resolução FNDE nº 06/2020.
- 1.51. Os documentos de habilitação deverão ser dispostos em envelopes fechados, conforme regramento descrito no Aviso de Contratação.

### **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 1.52. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 50.250,00 (cinquenta mil e duzentos e cinquenta reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

### **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 1.53. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 1.54. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

#### **A) Recurso PNAE:**

- I) Gestão/unidade: 26436/151964;
- II) Fonte de recursos: 1133000000;
- III) Programa de trabalho:12306511100PI0001;
- IV) Elemento de despesa: 339032; e
- V) Plano interno: CFF53M9601N e JFF53B9601J.

#### **B) Recurso custeio:**

- I) Gestão/unidade: 26436/151964;
- II) Fonte de recursos: 1000000000;
- III) Programa de trabalho:12363511220RL0043;
- IV) Elemento de despesa: 339032; e
- V) Plano interno: L20RLP0115N.

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 1.55. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

**ANEXO II**  
**MODELOS DE PROJETO DE VENDA**

**GRUPO FORMAL:**

<b>PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE</b>			
<b>IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 90027/2025</b>			
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES</b>			
<b>GRUPO FORMAL</b>			
1. Nome do Proponente		2. CNPJ	
3. Endereço	4. Município/UF		
5- Email	6. DDD/Fone		7. CEP
8- Nº DAP Jurídica	9.Banco	10.Agência Corrente	11.Conta Nº da Conta
12.Nº de Associados	13.Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326 /2006		14.Nº de Associados com DAP Física
15. Nome do representante legal		16.CPF	17.DDD /Fone
18.Endereço		19. Município/UF	
<b>II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC</b>			
1. Nome da Entidade: IFSUL campus Venâncio Aires	2.CNPJ 10.729.992/0009-01		3.Município/UF: Venâncio Aires/RS
4. Endereço: Avenida das Indústrias, 1865 – Bairro Universitário			5.DDD/Fone: (51) 3793-4200
6. Nome do representante e e-mail: Geovane Griesang (geovanegriesang@ifsul.edu.br)		7.CPF: 827.283.300-00	

III –RELAÇÃO DE PRODUTOS						
	1.Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4.Preço de Aquisição*		5.Cronograma de Entrega dos produtos
				4.1. Unitário	4.2.Total	
OBS	* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento						
Local e Data:		Assinatura do Representante do Grupo Formal		Fone/E-mail:		

**Grupos Informais:****PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR  
PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE****IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL  
CHAMADA PÚBLICA Nº 90027/2025****GRUPO INFORMAL**

1. Nome do Proponente		2. CPF
3. Endereço	4. Município/UF	
6. E-mail (quando houver)	7. Fone	
8. Organizado por Entidade Articuladora  ( ) Sim ( ) Não	9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)	E-mail/ Fone

**II – FORNECEDORES PARTICIPANTES**

	1. Nome do Agricultor (a) Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência

1. Nome da Entidade: IFSUL campus Venâncio Aires	2. CNPJ: 10.729.992/0009-01	3. Município: Venâncio Aires/RS
---	-----------------------------	---------------------------------------

**III– IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE  
EXECUTORADO PNAE/FNDE/MEC**

[illegible]

OBS: \* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

**V – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO**

						6.Cronograma de Entrega dos
	1.Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4.Preço/Unidade	5.Valor Total por Produto	Produtos
					<b>Total do projeto:</b>	

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto  
e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:			fone/E-mail:
	Assinatura do Representante do Grupo Informal		F:

  

Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura



[illegible]

**Modelo Proposto para os Fornecedores Individuais:**

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE						
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº 90002/2024						
	FORNECEDOR INDIVIDUAL					
NOME DO PROPONENTE:				CPF:		
ENDEREÇO:	MUNICÍPIO:		CEP:			
Nº DA DAP FÍSICA:		DDD FONE:			EMAIL:	
BANCO:		Nº DA AGÊNCIA:			Nº DA CONTA:	
	RELAÇÃO DOS PRODUTOS					
PRODUTO:		UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO DE AQUISIÇÃO		CRONOGRAMA DE ENTREGA
				UNIT	TOTAL	

**OBS.:** Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:

Assinatura do fornecedor Individual:

CPF:

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE PELO CONTROLE DO ATENDIMENTO DO LIMITE INDIVIDUAL DE VENDA DOS COOPERADOS /ASSOCIADOS (GRUPOS FORMAIS)

O(A) (nome do Grupo Formal) \_\_\_\_\_ ,  
CNPJ nº \_\_\_\_\_, DAP jurídica nº \_\_\_\_\_ com sede

\_\_\_\_\_, neste  
ato representado(a) por (nome do representante legal de acordo com o Projeto de Venda)  
\_\_\_\_\_, portador (a) da Cédula de  
Identidade RG nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, nos termos do Estatuto Social,  
DECLARA que se responsabilizará pelo controle do limite individual de venda de gêneros  
alimentícios dos Agricultores e Empreendedores de Base Familiar Rural que compõem o  
quadro social desta Entidade, no valor de R\$ xxxxx,00 (xxxxx mil reais) por DAP/ANO CIVIL/  
ENTIDADE EXECUTORA referente à sua produção, considerando os dispositivos da Lei  
11.947/2009, e respectivas alterações dadas pela Lei nº 14.660/2023 e da Resolução  
CD/FNDE nº 21, de 16/11/2021 que regem o Programa Nacional de Alimentação Escolar –  
PNAE e demais documentos normativos, no que couber.

Local, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura

## **ANEXO IV**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR**

#### **– PRODUÇÃO PRÓPRIA GRUPOS FORMAIS**

DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº 90027/2025)

Eu, \_\_\_\_\_ representante da Cooperativa/Associação \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, com CNPJ Nº e DAP Jurídica nº \_\_\_\_\_ DECLARO, para  
fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros  
alimentícios relacionados no projeto de venda são oriundos de produção dos  
cooperados/associados que possuem DAP física e compõem esta cooperativa/associação.

Local, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura

## **ANEXO V**

### **MODELO DE DECLARAÇÃO DO AGRICULTOR FAMILIAR**

**PRODUÇÃO PRÓPRIA PARA GRUPOS INFORMAIS OU FORNECEDORES  
INDIVIDUAIS DECLARAÇÃO DE PRODUÇÃO PRÓPRIA (CHAMADA PÚBLICA Nº  
90027/2025)**

Eu, \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_ e DAP física nº \_\_\_\_\_, declaro, para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto de venda em meu nome são oriundos de produção própria.

Local, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Assinatura

## ANEXO VI

### DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(Razão Social da empresa) \_\_\_\_\_ (nº do CNPJ) \_\_\_\_\_, sediada  
(endereço completo) \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a)  
Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do  
CPF nº \_\_\_\_\_ firmado abaixo, declara sob as penas da lei, para fins de  
participação na dispensa de licitação que: a) até a presente data inexistem fatos impeditivos para  
sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências  
posteriores; b) para fins do disposto no inciso V, artigo 68 da Lei 14.133/2021, acrescido pela Lei  
9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,  
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

Ressalva:

emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz:

☐ Sim

☐ Não

....., /...../2025.

ASSINATURA